

CORPO E IDENTIDADES EM “ROTAS DE FUGA”: PERFORMANCE DISCURSIVA DE LINN DA QUEBRADA.

Thamires Lima Alcântara de Gusmão
*Graduanda em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pela Universidade
Federal de Pernambuco
thamires.gusmao@ufpe.br*

Walison Bruno Moura Carvalho
*Graduando em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pela Universidade
Federal de Pernambuco.
walison.bruno@ufpe.br*

*Simpósio Temático nº IV – ARTE, GÊNERO E SEXUALIDADE: GRAMÁTICAS DE
RESISTÊNCIA E EXISTÊNCIAS DISSIDENTES*

RESUMO

Neste artigo, temos como objetivo apresentar uma reflexão quanto às relações entre corpo, gênero e sexualidades, atravessadas pelas produções da multiartista Linn da Quebrada. Para isso, empreendemos uma discussão que entrelaça linguagem performática e imaginações decoloniais a partir de referenciais teóricos, políticas e práticas transfeministas. Além disso, analisamos com profundidade seu último álbum lançado: “Trava Línguas”. Em consequência, desvelamos as rupturas performáticas e discursivas que transpõe a produção artística e subjetiva de Linn da Quebrada, e argumentamos que elas abrem e movimentam inúmeras possibilidades de desnaturalizar e desessencializar normas postas como fixas, imutáveis e estáveis, como a concepção social vigente sobre gênero. Revelando assim, que as identidades são na verdade instâncias performatizadas por meio do discurso, e por isso, sujeitas a disputas, tensões e rupturas.

Palavras-chave: Transfeminismo; Decolonialidade; Performatividade; Linn da Quebrada; Língua.

ABSTRACT

Keywords:



INTRODUÇÃO

Situando-nos nas fronteiras epistemológicas da linguagem, Dominique Maingueneau sugere, em *Gênese dos Discursos*, que as práticas discursivas podem ser consideradas práticas intersemióticas, já que, para além da integração de enunciados, fazem parte, também, da produção de diferentes domínios semióticos como o musical, o pictórico, o literário, dentre outros (Cf. MUSSALIM, 2001). Compreendemos a partir do exposto que não há razão em não considerar materialidades, como filmes, pinturas, músicas, videoclipes etc., como “textos”, e que fazer pesquisa científica articulando conhecimentos transversais que se querem indisciplinares e ideológicos é, também, fazer política (MOITA LOPES, 2006).

Portanto, buscamos, nesse artigo, discutir noções e propor reflexões quanto às relações entre corpo, gênero e sexualidade, através do entrelaçamento entre estudos feministas, linguagem performática queer, imaginações decoloniais e teorias, práticas e políticas transfeministas. Para tanto, partimos da voz de quem emerge no centro das mobilizações de torções e possibilidades outras de subjetivação, a a(r)tivista social brasileira Linn da Quebrada.

“Que a contradição nos banhe com sua feitiçaria” é a súplica que inaugura o álbum “Trava Línguas”, onde a atriz, cantora e compositora Linn da Quebrada, propõe “rotas de fuga” a partir de jogos e performances semânticas. Nesse sentido, Linn, esclarece e proclama uma verdadeira ode às nuances que governam as experiências de gênero e preconiza a contradição performática e linguística como verdadeiro caminho para identificação e reencontro consigo mesma, afirmando que o questionamento sobre quem sou eu, o que eu me tornei, ou ainda, o que fizeram de mim é a reflexão principal proposta por ela.

Assim, esse trabalho é feito tecendo constructos teóricos e articulações entre as produções sonoras, linguísticas e políticas proclamadas por Linn, que assumem a produção das identidades a partir de um viés performativo, ao mesmo tempo que “riem” dessas categorias estabelecidas como essencialmente naturais e que, por isso mesmo, revelam e possuem grande potencial de desestabilização desses sistemas normativos,

abrindo inúmeras e infinitas possibilidades de ser e existir em corpo, gênero e sexualidade.

Pensar sobre as vivências modernas e reivindicar seu alto grau de flexibilidade, nos permite questionar junto a Linn, retóricas, inclusive acadêmicas, que tendem a essencializar marcadores sociais da diferença, a exemplo de corpo, raça, gênero e sexualidade, como se estivessem inscritas em fronteiras imóveis, preexistentes à linguagem, abrindo possibilidades para questionar e tensionar essas concepções a partir de esforços políticos, deslizamentos identitários ou rupturas performáticas.

Este estudo está disposto em três seções centrais. Na primeira delas, traçamos articulações entre estudos feministas, transfeministas e imaginações decolônias, tentando traçar uma genealogia dos estudos de gênero e sexualidade nos debates contemporâneos. Posteriormente, discutiremos o caráter performativo da linguagem a partir de considerações do movimento *queer*, com o intuito de buscar implicações dessa premissa nas categorias corpo e identidades. Por fim, tendo como base as elaborações propostas ao longo do trabalho, analisamos as performances discursivas da referida transativista, tendo como base seu último álbum de lançamento o “Trava Línguas”, no intuito de pôr em evidência seu potencial subversivo e transgressor, em contradição e ruptura aos sistemas normativos que se creem estáveis e inabaláveis.

1 SEXO/GÊNERO: CATEGORIA SOCIOCULTURAL, HISTÓRICA E DISCURSIVA

Localizando conceitualmente o termo, identificamos que o gênero, tal qual conhecemos, advém das ciências sociais e, de forma pontual, se refere à “construção sociocultural dos corpos sexuais”. Ou seja, em uma perspectiva sociocultural, isso significa dizer que, “a classificação binária dos seres humanos enquanto homens e mulheres é subtraída do padrão anátomo-fisiológico para dar lugar a premissa que somos frutos de processos de generificação e padronização cultural” (TOMAZETTI, 2018, p. 186).

Partindo daí, o “sistema sexo/gênero”, que “numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em

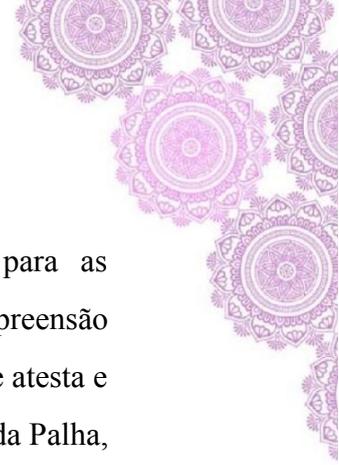
produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p.1), constitui elemento imprescindível, como categoria analítica, para pensar as teorizações das lutas feministas e das disputas e tensionamentos que envolvem o corpo e as identidades sexuais e de gênero, sendo comumente acionado para “ênfatisar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, tendo por base uma “rejeição do determinismo biológico” (SCOTT, 1995, p. 72).

O binômio pretende, nesse sentido, desmistificar a pretensa universalidade que designa o masculino e o feminino como se fossem essencialmente dados pela natureza biológica, relocando-os enquanto produtos de relações socioculturais estruturadas a partir da linguagem e dos mecanismos de poder e dominação. Ou seja, o sistema sexo/gênero reflete assim, a dicotomia fundante dos aparatos da sexualidade humana ao incorporar o sexo como a matéria-prima dos corpos e o gênero como o produto cultural que age sobre eles” (TOMAZETTI, 2018, p. 188).

A problematização política do binômio sexo/gênero enquanto categoria analítica nas teorias sociais, ainda segundo Tomazetti (2018), advém dos estudos feministas da década de 70, eclodindo em distintas e contundentes revisões com ambição de renovação epistemológica.

Com o avançar das teorizações e problematizações surgem contrapontos e indagações que irão se distanciar da perspectiva dualista, passando a considerar tanto o sexo quanto o gênero como partes de um construto simbólico de caráter sociocultural, arbitrariamente construído e propagado pelos discursos.

Portanto, em sentido expreso, não podemos conceituar o gênero como algo definitivo, pelo contrário, tanto o gênero quanto o sexo são construtos culturais, sendo o gênero uma maneira de existir no corpo e o corpo como situação social, ou seja, aporte para a expressão de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Ainda nesse sentido, Butler adverte que “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”, (BUTLER, 2016, p.27).



As reflexões aqui apresentadas, serviram de sustentação teórica para as articulações políticas e práticas transfeministas, que se encaminham para a compreensão que tende a subverter o gênero como regulador de uma ordem compulsória que atesta e obriga a coerência entre sexo, desejo e expressões de gênero. A partir de Amanda Palha, entendemos por transfeminismo:

“uma corrente específica do feminismo contemporâneo, resultado da absorção das discussões feministas por parte do movimento político de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, que se constitui no contexto e no escopo da valorização das identidades raciais e de gênero não hegemônicas (não brancas, não heterossexuais, não cisgêneras) na ação e no pensar político de esquerda.” (PALHA, 2019, p.38)

Sendo assim, o transfeminismo apresenta e estabelece em suas reflexões tanto o gênero quanto o sexo como partes de um articulado constructo cultural, que tem o papel primordial de produzir e fazer a manutenção da falsa noção de aparência naturalizada do ser, que tende a fixar o sexo como mais uma das noções binárias do pensamento ocidental e que se reflete nos padrões cisheteronormativos de regulações compulsórias.

Outro ponto chave para a percepção crítica e as articulações entre o transfeminismo e o binômio sexo/gênero, envolve o reconhecimento mais amplo das transformações civilizatórias, que são evocadas e revisitadas por imaginações e contrafluxos decoloniais. Segundo Maria Lugones (2014, p.938):

“A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, [...] da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. Assim, à medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais.”

Ou seja, como nota Viviane Vergueiro (2020), os processos subjetivos que envolvem a autopercepção e performatividade do corpo, identidades de gênero, expressões e vestimentas, denotam demandas políticas específicas que estão inseridas e são, em certa dimensão, reguladas e redirecionadas por esses marcos civilizatórios contemporâneos.

Qwo-Li Driskill (2004) segue a discussão, quando aponta que “o assédio sexual, sexismo, homofobia, e transfobia são emaranhados com a história da colonização” (p. 51) e que a “maculidade branca” tal que a conhecemos, é formada a partir dos projetos coloniais, que demandaram “uma masculinidade que assassinasse, estuprasse, e escravizasse pessoas indígenas e africanas” (p. 53). Nesse mesmo sentido, Maria Lugones (2014, p. 937) pontua que, “pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas por-não-mulheres” e a partir da questão apresentada, Viviane Vergueiro (2020, p. 463) nos convida a questionar em como podemos pensar, levando em consideração as problemáticas apresentadas, “as localizações de pessoas colonizadas cujas sexualidades e identidades de gênero constituíssem ‘fracassos’ do ponto de vista ‘civilizado’?”.

Nota-se, a partir do exposto, como são múltiplas e complexas as articulações que envolvem projetos coloniais com questões de gênero e sexualidade, sendo fundamental questionar e tensionar a exploração colonial a partir da suposta de civilizar (regular) essas gentes de práticas promíscuas e pecaminosas, no intuito de dar continuidade e “impor a ideia de que a sexualidade e os gêneros não dicotômicos são um pecado. [...] Sexualidades e gêneros queer são degradados, ignorados, condenados e destruídos.” (DRISKILL, 2004, p. 54).

O binômio sexo/gênero, assim, é percebido enquanto uma categoria conceitual de importante complexidade polissêmica e analítica, que permeia diversos campos e problemáticas que requerem um cuidadoso reparo analítico interdisciplinar. Entretanto, diante das diversas conceituações aqui apresentadas, mas longe de estarem esgotadas, podemos notar o consenso teórico que tende a localizar a configuração do gênero e das sexualidades enquanto categorias de análise histórica, sociocultural, discursiva e sobretudo, política. Portanto, nos ancoramos aqui em uma das bases evidentes que movem esses conceitos, que é o potencial político analítico de desnaturalizar e desessencializar normas de gênero que se ancoram nas diferenças sexuais enquanto ditames que classificam ontologicamente os seres humanos entre binarismos tidos

essencialmente como naturais, mas que fazem parte de grandiosas esferas de enunciação discursiva, culturais e históricas.

2 ROTAS DE FUGA: O QUEER NO CONTRAFLUXO DA NORMA

Partindo de um olhar sóciohistórico sobre o termo, situamos que o *queer* emerge na década de 60 nos Estados Unidos, como estratégia de apropriação linguística, enquanto pilar do reconhecimento político dos nossos corpos, sob o argumento de reconhecimento e enfrentamento de multiformes violências, que como descreve Miskolci (2016), estão inscritas nas normas que fixam regulações corporais, sexuais e genéricas.

Assim, o movimento *queer* se apresenta, no contexto das questões de gênero, como um modo de questionar posições que tendem a essencializar identidades, como se estas estivessem inscritas em fronteiras imóveis que limitam qualquer que seja seus esforços, deslizos ou rupturas performáticas.

Nesse sentido, a partir de Silva e Santos (2019), compreendemos que, enquanto a problemática base para os movimentos identitários reside na libertação e identificação de possibilidade de ser e existir integrando um grupo que regula e atesta quais são as vivências viáveis e moralmente possíveis, a problemática central dos movimentos *queer* está no embate e no questionamento da norma que organiza e faz a manutenção do estado de coisas, que regulamenta e torna válida a hierarquização das vidas e cria espaço de abjeção, onde são abandonados aqueles que são identificados enquanto uma ameaça a norma.

Essa concepção, constata que, uma vez promulgados padrões identitários fixos, estabelece-se também, regimes de vigilância sobre suas fronteiras, dando margem assim, para a exclusão, hierarquização e marginalização dos corpos que ousarem ultrapassar, escorrer, borrar ou estilhaçar essas linhas imaginárias que aprisionam nossos corpos em sistemas representacionais programados. Essa lógica faz parte de um mecanismo social que busca linkar cada corpo a um gênero, produzindo e replicando homens e mulheres ideias trancafiados por linhas imaginárias, pessoas normais (MISKOLCI, 2016, p. 11- 12) as quais se adequam a coerência compulsória entre corpo,

sexo, gênero e desejo, como nos adverte Butler. Em concórdia, Trujillo reafirma o exposto quando afirma que:

[...] os saberes *queer* questionam a suposta coerência de identidades gays, lésbicas e transexuais, tornando-as suspeitas, evidenciando e desmantelando os processos regulatórios de formação e categorização dos sujeitos. As práticas históricas e experiências *queer* questionam os limites das identidades sexuais e de gênero, que não são homogêneas e fixas, e são atravessadas por outras. (TRUJILLO, 2015, p. 1536)

Do ponto de vista dos estudos *queer* ao validarmos o axioma de que nada preexiste ao discurso, temos como consequência básica a possibilidade de e de desnaturalizar e desessencializar jurisdições postas como fixas, imutáveis e estáveis, como a concepção social vigente sobre gênero. Desse modo, conforme referido por Foucault e Butler, compreendemos que as identidades são na verdade instâncias performatizadas por meio do discurso, e por isso, sujeitas a disputas, tensões e rupturas. Ou seja, as identidades seriam segundo Silva (2019, p.3630):

[...] produtos instáveis de performances discursivas que operam no interior de sistemas regulados, normatizados, os quais apesar de constranger por um sem-número de técnicas discursivas os indivíduos a ocuparem posições identitárias que correspondam a um modelo de sujeito (ou de sujeição) hegemônico, abrem, por sua própria natureza normativa, a possibilidade da fratura, da desregulação, ou seja, do descumprimento, muitas vezes paródico, dessa mesma norma. É dessa possibilidade que nascem as instabilidades e as rasuras, as torções das/nas categorias identitárias pretensamente fixas e homogêneas.

Em adição ao caráter performativo da linguagem, Foucault aponta a condição histórica como outra dimensão imbricada a construção subjetiva dos sujeitos, quando afirma que, o sujeito “não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma” (FOUCAULT, 2004 [1984], p. 7).

Desta feita, o gênero é, portanto, um processo que não possui origem nem fim. O gênero está sempre a ser feito, “é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos dentro de um quadro regulatório altamente rígido que se solidifica ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância” (BUTLER, 2003, p. 33). Ou seja, o gênero é reflexo dos atos de fala e dos enunciados sobre nós mesmos, cujo perigo reside em sua aparente naturalidade, que criou até agora uma estrutura binária e hierarquizada.

3 A PRODUÇÃO DE LINDA DA QUEBRADA COMO FISSURA NO SISTEMA

Spinoza, indo de encontro com as ideias cartesianas, se propõe a não mais pensar na sobreposição entre corpo e mente, deixando de questionar o que pode a razão e passando a questionar o que pode o corpo (Cf. Mossi, 2015). Desse modo, somos levados a pensar, como questionado por André Cavalcante (2018), “o que pode o corpo trans?”, corpo de sujeitos que são vigiados pela lei, pela Igreja, pelo Estado e pela sociedade como um todo, mas também punidos pelas violências físicas e simbólicas diárias, pois são corpos que não são dóceis ou ainda pouco domesticados (FOUCAULT, 2014 [1975]).

“Onde”, sexta faixa do álbum, reforça e preconiza a linguagem como um verdadeiro caminho de resistência e jogo semântico capaz de questionar fronteiras identitárias que foram construídas e inscritas em nós a partir de uma norma imposta e delimitada “pelas pessoas normais” (MISKOLCI, 2016). Nos versos “Entre o fundo do poço e a profundidade do posso”, Linn utiliza da brincadeira com as palavras para desencarcerar o corpo trans, suas limitações e as suas histórias através da linguagem, transformando este aglomerado de carne em corpo e assim pode (se) significar (ANDRÉ CAVALCANTE, 2018).

Ainda em reflexão sobre as possibilidades dos corpos que não se encaixam nas normas de gênero, a multiartista Linn da Quebrada, faz um resgate aos seus ancestrais e desperta um debate sobre quem é, ou melhor, o que fizeram dela. Em entrevista com a Carta Capital, a artista relata:

“Trava-línguas: quem *soul* eu?” Trata-se de um projeto de investigação de memória. Entender quem sou eu. Para entender quem sou eu, que inclusive é [o nome de] uma das músicas que foi lançada no final do ano passado, eu entendo que para ir em frente e enfrentar, é preciso voltar atrás e entender de onde eu vim. É necessário para esse investimento sobre a vida, é necessário matar e morrer. É necessário entender também o que é preciso matar em nós mesmos para poder haver vida. (LINN DA QUEBRADA, 2021)

Neste processo de investigação, em suas músicas, Linn da Quebrada faz reverência a nomes como Xica Manicongo, reconhecida como a primeira travesti do Brasil, e Stella do Patrocínio, poeta internada em um centro psiquiátrico que se tornou símbolo da luta antimanicomial, para dialogar sobre a dolorosa vivência dessas

personalidades e a maneira que a indústria explora os discursos trazidos por elas, de forma violenta e colonial, se assemelhando a forma que a própria Linn e outros artistas que rompem com normas postas como fixas são incorporados pelo mercado “Sinto que, de alguma forma, é isso o que acontece comigo e com muitas outras artistas negras, trans, pessoas que são postas à margem e que produzem um discurso anticolonial, um pensamento negro disruptivo, que passa a estar em voga nesse mercado” (LINN DA QUEBRADA, 2021). Partindo desse ponto de vista, Linn busca realizar “fissuras” no sistema que exclui e anula aqueles que não fazem parte da hegemonia, ou seja, aquilo que, conforme Derrida (2008), as oposições binárias naturalizaram e normalizaram do que foi historicamente construído. Como pontuado pela cantora, atriz e compositora, o Trava-línguas vem como uma rota de fuga para este mercado que é marcado pelas cicatrizes e feridas, que “tira tanto de mim. Tira tanto de nós”. Neste contexto, é possível destacar a música “I Míssil” que, de acordo com a artista, a faixa descreve o que ela procura construir, é uma música que trata do seu posicionamento e da posição do seu corpo nesse mercado.

Confrontando os ideais decoloniais, Linn difunde, junto com a escritora e artista visual Jota Mombaça (2020), o conceito de “plantação cognitiva”, que expressa a importância de questionarmos o regime de expropriação de corpos e territórios pelo sistemas de arte, através da analogia entre a exploração da força de trabalho das pessoas escravizadas com a exploração do cognitivo dos dias atuais, que deriva da dimensão do pensamento que é produzido e instituído, fenômeno este que coage os corpos ignorados e rejeitados pelo sistema que aprisiona talentos, saberes e desejos em função de uma cisnormatividade compulsória. “A única forma de pensar a descolonização de uma maneira realmente poderosa, é não pensá-la como metáfora, ou seja, não pensá-la como significando outra coisa que não, objetivamente, as transformações das relações materiais e políticas”, pontua Moçamba em entrevista para a revista Fórum. Linn faz a ligação entre esse exposto e a representatividade que, para ela, tem servido como um pula-pula que mantém artistas no mesmo lugar. Mas, na sua visão, ela deveria servir para alcançar outros lugares, como um trampolim. Não como um pula-pula que te

mantém presa e refém. Sendo esse silenciamento e censura sobre corpos trans é o que os impede de ecoar na história.

Nesse sentido, refletimos sobre o conceito do silêncio fundador (ORLANDI, 2012), que trata-se de uma condição essencial para a produção e movimentação de sentidos, dando as possibilidades de significação. Em outras palavras, a autora afirma que, para produzir alguns discursos, outros precisam ser silenciados. Essas características podem ser observadas nos enunciados sobre a transgeneridade, os quais são, diversas vezes, apagados, silenciados e censurados, num regime o qual a cisgeneridade é norma, de forma que a força desta “identidade normal” é tanta que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade (SILVA, 2012). Indo de encontro a essa normatividade, Linn da Quebrada vem propondo um enfrentamento através da arte, do jogo de palavras e melodias. "Na estrutura musical, coloco o mercado para pensar na linguagem [...] senti que é necessário atraí-lo através das letras e das melodias, propondo uma armadilha, uma arapuca, na qual, quando o mercado tivesse atraído até o ponto, eu pudesse afrontá-lo de outra maneira.", exclamou a artista em conversa com a Rolling Stone. Analisando “Medrosa - ode à Stella do Patrocínio”, uma das faixas do seu último álbum, a melodia é composta por uma bossa nova com trompetes graciosos, enquanto os falatórios de Stella do Patrocínio fazem-se presentes na letra, buscando dar voz e visibilidade para a mulher preta que foi encarcerada e marginalizada, além de ressignificar as palavras da poeta para a realidade vivida por Linn, mulher trans e preta no Brasil. Tais indagações refletem o transfeminismo, reivindicando a desconstrução do binarismo de gênero, a despatologização, o combate à violência cissexista e/ou transfóbica (JESUS, 2014). Tal como durante a música “Amor, amor”, uma composição de Linn da Quebrada e Castiel Vitorino Brasileiro, na qual o verso “Que a contradição nos banhe com sua feitiçaria” provoca a reflexão sobre a desessencialização do gênero e o rompimento com a necessidade de adequação a binariedade, banhando identidades transsexuais e homossexuais por essa contrariedade ao fluxo que a norma e conceitos coloniais propõem.

Utilizando, assim, do caráter performativo da linguagem, Linn inquieta, desperta discussões e reivindica o espaço da pessoa e do corpo trans, “Além do Trava-línguas trazer a ‘trava’ travesti, ele também traz a ‘trava’ que abre mentes, ao meu ver. Trava-línguas também é uma expressão da linguagem” (LINN DA QUEBRADA, 2021). Para além disso, Linn frisa:

Trava-línguas também é uma expressão da linguagem. É muito interessante perceber isso. Há pouco tempo eu percebi isso, os meus dois álbuns tratam sobre a linguagem na linguagem e pela linguagem. Trava-línguas, em si, diz respeito a algo que é difícil de ser dito, que tem a ver com a repetição de palavras, e o que eu faço com o Trava-línguas também tem a ver com algo que é difícil de ser dito. Algo que é difícil de ser nomeado. Mas, acima de tudo, o que eu venho pesquisando nesse álbum é se é possível encontrar a diferença na repetição. E mais do que qualquer outra coisa, como a gente percebe a repetição na diferença. (LINN DA QUEBRADA, 2021)

Através dessa ótica, percebemos como a linguagem é extremamente poderosa, representante de grande ruptura e, através dela, o corpo trans pode desestabilizar sentidos já-ditos presentes interdiscurso sobre o que é gênero, sobre como subjetividades outras produzem sentidos a partir de corpos que não são normatizados, pondo em equívoco o que é a cisnormatividade (ANDRÉ CAVALCANTE, 2018). Em outros termos, o sucesso de artistas como Linn da Quebrada denuncia o fracasso desse sistema opressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rompendo com a hegemonia cisnormativa e heteronormativa imposta pela sociedade e indústria musical, Linn da Quebrada abraça lutas transfeministas e decoloniais, propondo um enfrentamento a esse ao processo que marginaliza corpos e pessoas que não se enquadram em legislações criadas pela sociedade. Assim, através da linguagem,

a multiartista utiliza a arte e as letras de suas músicas para fazer o mercado pensar, mesmo antes que se perceba.

Em outros termos, o sucesso de artistas como Linn da Quebrada denuncia o fracasso desse sistema opressor.

REFERÊNCIAS

BRÊDA, Lucas. **Linn da Quebrada diz querer fugir de indústria que busca lucrar com suas cicatrizes**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/vlerlG>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

DRISKILL, Qwo-Li. 2004. "**Roubados de nossos corpos: Primeiras Nações Dois Espíritos/Bichas e a jornada para um erótico soberano**", em *Estudos em Literaturas Indígenas Americanas*. 16(2): 50-64.

FOUCAULT, M. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In: _____. *Ditos & escritos V -ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 [1984]. p. 9-116.

FOUCAULT, M. **A governamentalidade**. *Ditos e escritos IV- estratégias de poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1994]. p. 281-306.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014. 206 pp

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. **Nascimento do Conceito de Gênero**. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, p. 409 – 425, set-dez/2018.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, setembro-dezembro/2014, p. 935-952.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MAKHLOUF, Alexandre. **Me olha de novo?** 2021. Disponível em: <https://bityli.com/KA4Chy>. Acesso em: 10 dez. 2021

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pela diferença**. 3.ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

MOITA LOPES, L. P. **Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução**. *Delta*, v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994.

MOMBAÇA, J. “A **plantação cognitiva**”. In: MASP Afterall - Arte e Descolonização. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 2020.

MUSSALIM, F. **Semântica Global: uma prática intersemiótica**. 2001.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

PALHA, Amanda. **Margem Esquerda**. Revista da Boitempo, número 33, 2019, p. 38-44.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jun./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, D. **Performances Discursivas de Una "Bixa Travesty": Sobre El Cuerpo, Género e Identidad En Linn da Quebrada**. Fórum linguistic., Florianópolis, v.16, n. 2, p. 3627 - 3641, abr. / jun. 2019.

SILVA, T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA; HALL; WOO

DWARD. **Identidade e Diferença na perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Cultura e identidade** [recurso eletrônico] : subjetividades e minorias sociais / Flavi Ferreira Lisboa Filho, Thomas Josue Silva, (orgs.). – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2018. Disponível em: www.ufsm.br/estudosculturais

TRUJILLO, G. **Pensar desde otro lugar, pensar lo impensable: hacia una pedagogía queer**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1527-1540, dez., 2015

VERGUEIRO, Viviane. **Dossiê: Perspectivas Queer nos Estudos da Linguagem**. Caderno de Linguagem e Sociedade, 2020, p.453-471.